



ATA DE APRECIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2024

(Processo nº 00200.013033/2023-68)

Às dez horas do dia doze de janeiro de 2024, a Pregoeira e sua Equipe de Apoio reuniram-se para apreciar **IMPUGNAÇÃO** apresentada pelo **CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DA PRIMEIRA REGIÃO – CRT01** ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90011/2024. Em síntese, a Impugnante alega que *“[...] o sistema CFT/CRT assume a função regulamentadora e fiscalizadora da profissão dos Técnicos Industriais, função antes exercida pelo Sistema CONFEA/CREA, sem nenhum prejuízo nas competências, prerrogativas e atribuições técnicas para a categoria profissional. Acompanhando a lógica desta mudança, ficou estabelecido no Art. 17 da Lei 13.639/2018 e no Art. 6º da Resolução Nº 045/2018, o Termo de Responsabilidade Técnica -TRT, emitido pelo profissional ou pela pessoa jurídica responsável, na elaboração de projetos ou execuções de obras ou serviços [...]. O TRT é o documento hábil comprobatório do exercício legal da atividade de Técnico Industrial e substitui, com eficácia idêntica, a ART do antigo sistema CONFEA/CREA. Além disso, a Resolução Nº 053/2019, que altera os artigos, 3º, 5º, 6º, 7º, 8º, 18 e 19 da Resolução CFT nº 35/2018, dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Técnicos Industriais. [...] É nítido e evidente que o objeto do edital é extensivo aos Técnicos Industriais em suas diversas modalidades e observadas suas formações técnicas, uma vez que também são responsáveis técnicos pela execução, projeto e condução de serviço nos moldes Lei 5.524/68 e do Decreto 90.922/85. [...] Solicita aquele Conselho que “[...] reconheça em todos os vossos documentos e registros a pessoa do profissional técnico bem como Termo de Responsabilidade Técnica – TRT [...]” [grifou-se].* A impugnação é tempestiva e atende aos requisitos de admissibilidade. Por tratar o tema de atribuições da empresa e dos profissionais que serão contratados e, tendo em vista as exigências de capacidade técnica, o órgão técnico – Secretaria de Tecnologia da Informação (PRODASEN) foi instado a se manifestar e o fez nos seguintes termos: *“em pesquisa às decisões do Tribunal de Contas, encontramos duas análises do tema. No acórdão 1524/2021-Plenário, o TCU reconheceu, para o caso de células fotovoltaicas, a competência compartilhada entre as categorias profissionais representadas pelo CAU, CREA e CRT: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2485764>. Já o acórdão 2076/2023-Plenário, o TCU entendeu que se o serviço preponderante for de engenharia, não caberia o emprego de profissionais de categoria diversa: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2630818>. Em se analisando o objeto descrito no TR, não há como se concluir pela preponderância de serviços de engenharia sobre os demais serviços, não se aplicando, portanto o entendimento acima exarado pela corte de contas. Finalmente, mesmo se observando que nenhum dos casos acima se trata da mesma especialidade de engenharia ou técnica industrial do presente processo, todos se*



ATA DE APRECIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2024
(Processo nº 00200.013033/2023-68)

encontram a frente de questão análoga, qual seja, equivalência de competência profissional entre os profissionais regidos pelos conselhos de classe dos sistemas CONFEA e CFT e, em regra, concluíram no sentido de que haveria tal equivalência. Conclui-se que, em não se tendo encontrado razão legal capaz de se contrapor aos argumentos da impugnante, deve a administração conhecer e aceitar o pedido de impugnação, com a consequente alteração do TR e Edital e posterior republicação do edital. Tal decisão, buscaria atendimento aos caros princípios estabelecidos na Lei 14.133/2021, incluindo os de razoabilidade, legalidade e competitividade” [grifou-se]. Diante do exposto, avaliados os argumentos da Impugnante, com base na manifestação do órgão técnico, julga-se **PROCEDENTE** a presente impugnação. Nada mais havendo a tratar, eu, Juliana Sá de Almeida Bezerra, lavrei a presente Ata, que será assinada por todos os presentes.